



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 27 de abril de 2013

A CRITICA sim & não .....	1
OPINIÃO	
A CRITICA ZFM UMA POLÍTICA DE ESTADO .....	2
ECONOMIA	
A CRITICA Análise de projetos ficará mais lenta.....	3
ECONOMIA	
A CRITICA Registro em até dois dias úteis .....	4
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro.....	5
OPINIÃO	

## sim & não

### 'Efeito ZFM' faz Roraima apoiar o AM

A possibilidade do AM perder incentivos à ZFM na reforma do ICMS e apoio à prorrogação do modelo inquieta o vizinho Estado de Roraima. A preocupação foi demonstrada ontem por políticos e líderes empresariais, em audiência pública realizada em Boa Vista pela comissão especial que analisa a PEC da prorrogação. O receio é que o desaquecimento da economia local afete RR, que tem no Amazonas seu principal comprador de produtos agrícolas.

**Crítica** Presente na audiência pública, o vice-governador de Roraima, Chico Rodrigues (PSB), aproveitou a presença de quatro deputados amazonenses para alfinetar a ZFM. Ele falou de apoio à prorrogação do modelo, mas criticou a concentração de riqueza no Amazonas.

**Sugestão** Para conter os ânimos de Roraima contra o Amazonas, o relator da PEC da prorrogação, deputado Átila Lins (PSD), propôs: "Agora, neste momento, vamos cuidar da prorrogação, depois vamos criar uma comissão para discutir os ajustes que precisam ser feitos".

**Índices** Do deputado Francisco Praciano (PT) ao pedir o apoio dos deputados de

Roraima à PEC da Prorrogação: "Precisamos nos unir. Hoje, na Amazônia, temos os piores índices do País em pobreza, gravidez precoce, homicídios. Senhores, somos o Norte, mas estamos virando Nordeste".

**Macuxi** Único representante da ALE-AM na audiência pública de Boa Vista, ao se encontrar com os parlamentares federais, o deputado Abdala Fraxe (PTN) disse-lhe: "Não sei se vocês sabem, mas sou daqui de Roraima. Sou macuxi".

**Sem clima** Os ataques dos tucanos do Sul e Sudeste do País contra a ZFM arrefeceram a festa que o PSDB faria amanhã para reconduzir a direção estadual do PSDB no Amazonas. Grande evento

estava previsto para ocorrer em um hotel da cidade, porém, o partido resolveu fazer o ato em um ambiente discreto.

**Lixo** O prefeito de Parintins, Alexandre da Carbrás (PSD), dividiu com o Estado o mérito da retomada das operações de aeronaves no aeroporto local durante o dia. Alexandre diz que para viabilizar o funcionamento do aeroporto, sem restrição, investiu algo em torno de R\$ 2,5 milhões.

**Impasse** Um dia após a Justiça pôr fim às restrições a pousos e decolagens em Parintins, técnicos do Governo comentaram que a conquista poderá ser provisória. O problema, segundo eles, é que o Incra não quer liberar o terreno para onde deveria ser

transferido o aterro sanitário para receber o lixo coletado. O impasse está longe de solução.

**Iguais** O deputado Chico Preto (PSD) apresentou uma emenda à Constituição do AM propondo que gestores que ocupam cargo no Governo sejam tratados na Justiça com status de secretário. A alteração ao artigo 61 atinge dirigentes de autarquias, delegado-geral e comandantes da PM e dos Bombeiros.

**Solicitado** O deputado Josué Neto (PSD) é uma das presenças políticas mais solicitadas para eventos no interior do Estado. Hoje, por exemplo, vai à festa do Açaí, em Codajás; na terça-feira, estará em Borba, convidado para a festa do trabalhador.

## PINGA FOGO

✘ Do subsecretário da Se-med, Deusamir Pereira, em evento esta semana, na Zona Sul: "O Brasil é uma das raras democracias do mundo em que analfabeto tem direito a voto".

✘ O deputado Sinésio Campos (PT) acha que a crise entre a Vale e a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, poderá fazer a companhia de levar em consideração a silvicultura do Amazonas: "Eles já tiveram a oportunidade fazer exploração aqui, mas preferiram ir para lá. Olha no que deu".

✘ O comentário de Sinésio foi feito ontem, em Silves, em evento que contou com a presença de seis prefeitos da região, dizendo que ali está a maior reserva de potássio do mundo.

## ZFM UMA POLÍTICA DE ESTADO

Com aparente isenção, o Valor Econômico publicou artigo assinado por Ribamar Oliveira, na edição do dia 25 último, em que destaca os pontos vulneráveis do Modelo Zona Franca de Manaus, baseado em trabalho técnico elaborado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, intitulado "ZONA FRANCA DE MANAUS: Desafios e Vulnerabilidades", de autoria de Ricardo Nunes de Miranda.

Não resta a menor dúvida da qualidade técnica do trabalho que objetiva "à produção e à sistematização de conhecimentos relevantes para o aprimoramento da atuação do Senado Federal". O documento faz uma análise dos custos e do impacto da ZFM, e compara os modelos China versus Brasil. Entretanto, no nosso entender, a análise fria de números e a deliberada intenção de ressaltar as vulnerabilidades distorcem, de forma tendenciosa, a importância da ZFM para o Estado do Amazonas, para a Região da Amazônia Ocidental e para o Brasil. É inconcebível analisar resultados decorrentes da comparação de desiguais. A inviabilização e a descontinuidade do Modelo, a nosso ver, será um tiro no pé que se dará na economia do país, perdendo-se todo o esforço despendido para tornar a região da Amazônia Ocidental integrada ao desenvolvimento brasileiro, plano geopolítico que se constitui em uma Política de Estado.

A Amazônia Ocidental e sua importância para o Brasil é totalmente ignorada no referido estudo, atendo-se tão somente ao aspecto frio do "quem ganha e quem perde em termos financeiros". Os aspectos sociais relevantes são abordados de forma rápida, sem aprofundar-se nas questões mais relevantes de cunho socioeconômico.

O artigo do Valor Econômico, como era de se esperar, destaca todas essas avaliações na esteira do embate travado pelos estados na unificação do ICMS interestadual, entretanto não ressalta a conclusão final do senhor Ricardo Nunes de Miranda: "Deve-se evitar a qualquer custo a interpretação simplória de que as críticas ao modelo da ZFM significa estar alinhado com os interesses da indústria do Sudeste, não se preocupar com o desenvolvimento regional ou desconhecer as ameaças de desnacionalização da Amazônia. É mais do que cabível defender a ZFM, desde que ela traga, de fato, desenvolvimento para toda a Região Norte,.....".

Não desconhecemos as necessidades de toda a Região Norte, mas não podemos deixar de alertar

aos estudiosos que não conhecem a fundo esta bela e riquíssima região, que por ser tão grande, praticamente conter dois terços de todo o país, não é homogênea. As diferenças geográficas são muito evidentes e tratamos aqui especificamente das condições da Amazônia Ocidental, isolada do resto do país em vários aspectos que merecem ser também avaliados.

Não foi à toa que o projeto geopolítico que viabilizou a ZFM foi concebido, ele foi primordial para a manutenção desta rica região no domínio do Brasil e pela grande contribuição para a preservação do meio ambiente e do ecossistema.

Também não olvidamos a necessidade de se criar mecanismos que favoreçam os outros estados do Norte, como Pará, Acre, Rondônia e também o Amapá. A adoção de políticas que levem em consideração as peculiaridades e vocações de cada estado viabilizando o seu desenvolvimento econômico e social, é uma bandeira que apoiaremos com todo o prazer e sem egoísmo.

Estamos elaborando um documento técnico para servir de apoio aos nossos representantes no Congresso Nacional, mostrando os vários aspectos que legitimam o tratamento diferenciado na questão da unificação do ICMS comprovando as teses que defendemos e que no devido tempo será divulgada.

Mas, não podemos nem devemos silenciar aos argumentos e teses expostas no trabalho e divulgadas pelo prestigioso Valor Econômico, sob pena de sermos omissos na defesa dos interesses das empresas que acreditaram na Política de Estado em execução e na defesa do emprego e do bem estar de significativa população que depende totalmente dos destinos da ZFM.

Não desconhecemos as imperfeições do modelo, entretanto, há de se estudar e por em prática soluções que possam equacionar de forma adequada e sem grandes rupturas, algumas das críticas procedentes que fazem parte do estudo em questão.

É verdade que no mundo globalizado de hoje a localização de um empreendimento industrial não é determinante e numa hipotética extinção do PIM, as indústrias aqui instaladas facilmente se deslocariam para outros locais e provavelmente para fora do país, ocasionando duplo efeito na economia, queda no Produto Interno Bruto nacional e uma consequência desastrosa ao meio ambiente, de incalculáveis perdas para o nosso ecossistema e de reflexos imprevisíveis em termos internacionais.

## Análise de projetos ficará mais lenta

### Economistas avisam que saída de 203 funcionários da Fucapi trará danos ao PIM

#### ADAN GARANTIZADO

adan@acritica.com.br

O desligamento de 203 colaboradores da Fundação Centro de Análise Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi) que atuavam na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) deve "respingar" diretamente no Polo Industrial de Manaus (PIM). Especialistas ouvidos pela reportagem de A CRÍTICA temem complicações no processo operacional da Suframa, após o anúncio feito anteontem pelo superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira. A aprovação de novas empresas e produtos no PIM deve ser uma das atividades mais afetadas, tornando-se mais lenta.

Segundo a conselheira do Conselho Regional de Economia (Corecon-AM), Denise Kassama, o corpo técnico da Fucapi correspondia a 70% dos servidores da Suframa. Ela acredita que os efeitos da demissão desses funcionários serão longos. "A atividade do PIM ficará muito comprometida. Esses servidores são muito qualificados, conhecem o funcionamento do Polo Industrial a fundo. Até que uma nova equipe os substitua e encontre o ritmo certo, vamos sofrer principalmente com demoras nos setores de acompanhamentos de projetos industriais, análises de projetos do Conselho de Administração da Suframa (CAS) e de fixa-



Suframa quer suprir carência de servidores por meio de concurso. Expectativa é que o mesmo seja autorizado em maio

#### Fim do contrato

**O desligamento dos 203 trabalhadores acontecerá no dia 19 de maio, quando se encerra o contrato de assessoramento firmado entre Suframa e Fucapi. A autorização para o concurso público na Suframa deve sair ainda em maio. Estão previstas 150 vagas. Outras 89 ainda estão sendo pleiteadas junto ao Ministério do Planejamento.**

ção de Processo Produtivo Básico (PPB)", criticou.

O deputado Estadual e consultor econômico José Ricardo Wendling também se mostrou preocupado com a situação. Ele crê que a aprovação de novas empresas será mais demorada, o que pode afetar e muito o PIM. "Não tenho dúvidas de que o impacto será grande. Não sei se a Suframa tem um plano para preencher essas vagas temporariamente enquanto não realiza o concurso. Esse concurso, aliás, já deveria ter sido feito há muito tempo. Era para ter acontecido inclusi-

ve em gestões passadas da Suframa. Esses funcionários são técnicos especializados e se desfazer de toda essa inteligência que ajudou o Amazonas nos últimos anos é muito preocupante".

Por meio de assessoria de imprensa, o superintendente em exercício da Suframa, Gustavo Igrejas, explicou que a autarquia está realizando uma reorganização interna de seus quadros para minimizar os impactos da saída dos 203 colaboradores. "Não existe a menor possibilidade de paralisação das atividades", enfatizou Gustavo.

## Registro em até dois dias úteis

Essa é a promessa da SRTE-AM, que nesta segunda inicia implantação de novo sistema para concessão do documento profissional

**OLÍVIA ALMEIDA**  
olivia.almeida@acritica.com.br

A partir desta segunda-feira, dia 29, a solicitação de registro profissional somente será feita via Internet. A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Amazonas (SRTE-AM) implantará uma nova versão do Sistema Informatizado de Registro Profissional (SIRPWEB), que deve reduzir de dez para até dois dias úteis o tempo para concessão do registro.

"O sistema permitirá a criação de um banco de dados para sabermos quem são esses profissionais. Além disso, vai beneficiar também aqueles que precisam do registro com urgência porque acabaram de se formar e vão trabalhar em outra cidade,

### Saiba mais

#### >> Cartão magnético

Dermilson Chagas adiantou que "em breve" chegará a Manaus o "Cartão do Trabalhador", que vai substituir a carteira de trabalho. Com ele, será possível checar se a empresa depositou valores referentes a FGTS, imposto de renda e INSS.

por exemplo", afirmou o superintendente da SRTE-AM, Dermilson Chagas.

No ano de 2012, a SRTE-AM, emitiu 880 registros, entre eles, 701 para técnicos de segurança do trabalho, 95 para jornalistas e 56 para radialistas. De janeiro a abril de 2013, foram ao todo



Segundo Dermilson, novo programa criará banco de dados de trabalhadores

309, sendo 209 registros concedidos aos técnicos de segurança do trabalho, 61 aos jornalistas e 24 aos radialistas.

Os profissionais que exer-

cem determinadas atividades regulamentadas por legislação própria, como despachantes aduaneiros, publicitários, secretários, arquivistas, jornalis-

tas e artistas, poderão buscar o serviço no site do Ministério do Trabalho e Emprego: [portal.mte.gov.br/delegacias/am/](http://portal.mte.gov.br/delegacias/am/).

"Basta preencher os seus dados pessoais e escolher a categoria profissional. Será gerado um número de solicitação, discriminando a documentação que deverá ser protocolada na superintendência", explicou Ana Lúcia Cardoso, responsável pelo setor de registro profissional do órgão.

Ela frisa que a concessão do registro só poderá ser feita mediante a apresentação do profissional na sede do órgão, munido dos documentos originais exigidos e de cópias legíveis autenticadas. A partir de então, todo processo poderá ser acompanhado pela Internet.

## Claro & Escuro

# Codam desburocratiza acesso aos incentivos fiscais do ICMS



s decretos concedendo benefícios fiscais para empresas com projetos aprovados no Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) agora terão tramitação rápida. Antes, o andamento do decreto consumia, em média, um mês, considerando a tramitação na Secretaria de Planejamento (Seplan), Secretaria de Fazenda (Sefaz) e Casa Civil. Com as mudanças, as empresas já saem da reunião do conselho com os decretos assinados com as respectivas alíquotas de incentivo do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de acordo com o grau de aproveitamento da matéria-prima regional ou nacional. Os decretos que concedem incentivos às empresas que não possuam pendências foram assinados durante a realização da última reunião do Codam, na terça-feira, quando foram aprovados investimentos de R\$ 875 milhões.